

Extensão e Comunicação Rural

Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado de São Paulo - Brasil

Precariousness of work in outsourced extension: an analysis of public calls for Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in the state of São Paulo – Brazil

Carolina Rios Thomson^I , Ricardo Serra Borsatto^{II} , Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco^I 

^I Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

^{II} Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

RESUMO

A partir de 2003, com a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), efetiva-se no Brasil um novo formato de governança para a prestação de serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que agrega agentes públicos e privados. Dentro desse novo formato, o financiamento, coordenação e regulação do sistema de Ater fica a cargo do Estado, enquanto a execução dos serviços é responsabilidade tanto de instituições públicas como de entidades privadas terceirizadas. A pesquisa ora apresentada explorou as condições laborais de extensionistas contratados por agentes privados executores da Pnater, partindo da hipótese de que o modelo de governança instituído precariza as condições do trabalho extensionista. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com extensionistas de campo que atuaram dentro deste modelo no estado de São Paulo. Nossos resultados apontam para uma situação mais complexa do que havíamos imaginado a princípio, porém indicam que o denominado Pluralismo Institucional contribui para que a precariedade se torne condição imperativa nas condições laborais dos profissionais de Ater contratados por agentes privados.

Palavras-chave: Governança; Pluralismo Institucional; Pnater

ABSTRACT

As of 2003, the Brazilian government implemented the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (Pnater) that established a new governance format to provide public agricultural extension

services, in which public and private agents share responsibilities. Within this new format, the funding, coordination, and regulation of the rural extension system is State's responsibility, while the execution of services relies on both public institutions and private outsourced entities. The research presented here explored the labor conditions of extension workers hired by private agents executing the Pnater, based on the hypothesis that the governance model establishes precarious conditions in extension work. To this end, semi-structured interviews were carried out with field extension workers who worked within this model in the State of San Paolo. Our results point to a more complex situation than we had initially imagined. However, they indicate that the so-called Institutional Pluralism contributes to precariousness becoming a common condition in rural extension professionals' working conditions hired by private agents.

Keywords: Governance; Institutional Pluralism; Pnater

1 INTRODUÇÃO

As políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater) são comumente analisadas em relação a seus impactos junto a agricultores, tratando da abrangência e da relevância de seus objetivos para o público beneficiário (SILVA; CAPORAL, 2016; FAURE *et al.*, 2017; BERGAMASCO *et al.*, 2020). Outro conjunto de pesquisas sobre extensão rural no Brasil se dedica às análises institucionais, com foco nas relações históricas entre o Estado e suas instituições (DIAS, 2008; PETTAN, 2010; DINIZ; LIMA; ALMEIDA, 2011; DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2020; THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017; ZARNOTT *et al.*, 2017; DINIZ; HESPANHOL, 2018). Contrariando essas tendências, nessa pesquisa, focamos nas experiências dos extensionistas que contribuíram para a execução da Política Nacional de Ater (Pnater), atuando em projetos no modelo de contratação por Chamadas Públicas.

A Pnater foi concebida de maneira participativa, por meio de uma série de conferências que congregaram uma ampla gama de agentes sociais envolvidos com o tema da extensão rural, incluindo representações de extensionistas de empresas públicas, organizações da Sociedade Civil, entidades de classe e associações e cooperativas de agricultores ligados a movimentos sociais do campo (BRASIL, 2004; GRISA; SCHNEIDER, 2014; DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015). Especialmente Organizações Não Governamentais (ONGs) foram determinantes para que a Pnater fosse concebida com o intuito participativo de gestão e pluralista

de execução (PETTAN, 2010; PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013; DIESEL; DIAS, 2016; THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017).

Cabe ressaltar que a década anterior à concepção da Pnater, 1990, foi marcada pelo avanço do Neoliberalismo no país e teve como uma de suas principais consequências a privatização ou extinção de diversas empresas públicas. Dentre estas, foi também extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A Embrater, apesar de crucial no processo de modernização agrícola das décadas de 1960 e 1970, a partir dos anos 1980 teve sua relevância estratégica crescentemente questionada pelas gestões do executivo federal. Assim, numa conjuntura que apregoava crescentemente o estado mínimo, foi inevitavelmente suprimida em 1990 (PEIXOTO, 2008; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

O fim da Embrater agravou a situação de diversas empresas estaduais de Ater pelo país, que foram também extintas ou sucateadas pelos governos estaduais. As empresas estaduais de Ater são o principal meio de acesso à extensão rural pública e gratuita pelos agricultores familiares. Consequentemente, os anos posteriores foram marcados pela ausência de uma estratégia pública de espectro nacional direcionada à prestação de serviços de Ater, aprofundando a desigualdade entre os agricultores empresariais com recursos para custear assessoria técnica e a agricultura familiar (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

Nesse cenário de inércia estatal, entidades privadas, especialmente ONGs, passaram a assumir cada vez mais destaque na prestação de serviços de Ater. Algumas se especializaram no atendimento à agricultura familiar e tornaram-se pioneiras no desenvolvimento de trabalhos inspirados pelo movimento agroecológico (BRANDENBURG, 2002; PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013). Ao mesmo tempo, obtiveram ampla aderência e reconhecimento por parte de organizações de agricultores e movimentos sociais do campo.

A contribuição desses entes privados nas discussões sobre a estruturação de um sistema público de Ater a nível nacional tornou-se, portanto, indispensável durante a elaboração da primeira versão da Pnater em 2003 (PETTAN, 2010; DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017). Ademais, ao levarmos em conta os objetivos audaciosos da política - universalizar o atendimento à agricultura familiar e promover o desenvolvimento endógeno das comunidades rurais com base em princípios agroecológicos - ganhou relevância garantir na política mecanismos que possibilitassem a contratação dessas entidades pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a execução dos serviços de Ater propostos.

A Pnater surge, assim, fundamentada no modelo do Pluralismo Institucional, que permite promover a extensão rural por meio do esforço conjunto de agentes públicos e privados (DIESEL; DIAS, 2016). Nesse modelo, o financiamento, coordenação e regulação do sistema de Ater fica a cargo do Estado, enquanto a execução dos serviços é responsabilidade tanto de instituições públicas como de entidades privadas terceirizadas (NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2018). O termo pluralismo alude à dimensão política da diversidade organizacional dentro de um país ou região, que emerge de múltiplas interações - tais como conflitos, competição, cooperação e negociações entre os agentes envolvidos (KNIERIM *et al*, 2017).

Assim, no caso da Pnater, a análise da implementação do Pluralismo Institucional permite-nos vislumbrar uma nova dinâmica entre instituições, pois o protagonismo do Estado tem-se reduzido na execução desta política estratégica. Como veremos, as consequências deste modelo para os extensionistas podem se revelar perigosamente diversas devido ao alto grau de discricionariedade desfrutado pelas organizações executoras - especialmente as privadas. Portanto, o Pluralismo carrega em si as consequências do desmantelamento das entidades públicas de Ater e, ao mesmo tempo, permite ao Estado se afastar das responsabilidades diretas pelas relações de trabalho estabelecidas no interior das entidades contratadas.

Inicialmente, entre 2004 e 2008, as entidades executoras submetiam seus projetos de Ater ao MDA e, uma vez selecionadas, firmavam seus contratos por meio de Convênios. Nesses primeiros anos, a execução da Pnater fluiu de modo colaborativo entre entidades e Ministério, pois os convênios impunham o estabelecimento de parcerias entre o Estado e as entidades e que ambos fossem responsáveis financeiramente pelo objeto do contrato. Portanto, os projetos eram adaptados às realidades dos territórios, além de condizentes com o porte financeiro e de infraestrutura das entidades proponentes (CAPORAL, 2011).

No entanto, o MDA e as políticas pelas quais foi responsável foram crescentemente tensionados durante a crise que se instalou no cenário econômico e político a partir de 2008 (DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015; DIESEL; DIAS, 2016). Os gestores do MDA viram-se pressionados a legitimar a relevância da instituição, bem como a destinação de recursos públicos aos beneficiários de suas políticas. Os contratos de Ater foram especialmente criticados por apresentarem objetivos “contingentes” em detrimento de quantitativos e pela morosidade inerente a elaboração de contratos via convênios (DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015). Esses dois aspectos foram apontados como determinantes para a pouca abrangência da Pnater nos anos anteriores.

Diante deste cenário, a alternativa encontrada foi um novo marco legal que alterou o texto original da Pnater e os critérios de execução de projetos de Ater pública. Assim, a partir da publicação da Lei 12.188 em 2010, conhecida como Lei de Ater, foi dispensada a obrigatoriedade de licitação e estabelecida uma nova modalidade de seleção de projetos denominada Chamada Pública (DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

O estabelecimento das Chamadas Públicas representou a literal terceirização na Ater pública, por estabelecer uma relação, entre entidades e estados, de mera prestação de serviços (CAPORAL, 2011). Ademais, impôs novos desafios de gestão, especialmente para as entidades privadas, pois condicionou o pagamento pelos serviços prestados à anterior comprovação e aprovação dos

mesmos pelo MDA. Essas condições, somadas à limitação de estrutura e pessoal do Ministério, contribuíram para que a morosidade da burocracia envolvida forçasse as entidades a privilegiar a entrega de “produtos” em curto prazo, especialmente número de atendimentos (CAPORAL, 2011; DINIZ; LIMA; ALMEIDA, 2011). Cabe ressaltar que, via de regra, as entidades privadas dependiam dos recursos dos projetos para custear suas estruturas de apoio e fluxo de caixa (ZARNOTT *et al.*, 2017).

O formato das Chamadas Públicas aponta, portanto, para uma sobrevalorização de aspectos quantitativos em detrimento do caráter qualitativo que originalmente balizou a concepção da Pnater (CAPORAL, 2011; DINIZ; LIMA; ALMEIDA, 2011). Ademais, revelaram-se um instrumento padronizado, engessado e restritivo, atribuindo pouca discricionariedade às entidades em termos metodológicos e na forma de elaboração e execução de seus trabalhos. Na prática, contribuiu para que objetivos estratégicos da própria Pnater se tornassem, cada vez mais, distantes (CAPORAL, 2011; DINIZ; HESPANHOL, 2018).

A hipótese que guiou nossa pesquisa é de que a terceirização da prestação de serviços de Ater no Pluralismo Institucional, combinada ao modelo de Chamadas Públicas, gerou consequências laborais perversas aos profissionais da extensão rural que atuaram em entidades privadas. Nossa pesquisa inova ao focar em como extensionistas envolvidos na execução das Chamadas Públicas avaliam suas experiências de trabalho. Como nos baseamos nas experiências de profissionais que atuaram no estado de São Paulo, desta condição deriva o título “extensão terceirizada” que utilizamos nesse trabalho. Isto porque todos os projetos de Ater executados com recursos do MDA no estado o foram através de entidades privadas e relacionadas ao denominado terceiro setor.

2 METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada é de caráter qualitativo e exploratório, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco extensionistas que

atuam em projetos de Ater no estado de São Paulo, contratados dentro do modelo de Chamadas Públicas. Os entrevistados foram contatados e se dispuseram a participar deste trabalho sob a condição de anonimato, uma vez que as informações fornecidas podem ser consideradas comprometedoras em relação aos mesmos e a outros membros das entidades em que atuaram. Assim, a fim de evitar identificação posterior, optamos por trocar no texto o gênero de alguns dos entrevistados.

Todos os participantes atuaram em projetos de Chamadas de Ater no estado de São Paulo em diferentes períodos entre 2014 e 2020. Foram entrevistados cinco extensionistas e o levantamento tratou das experiências de trabalho em quatro entidades e quatro projetos distintos, pois duas das cinco entrevistas trataram do mesmo projeto. A seleção das entidades representa uma amostra de três diferentes territórios em que foram executadas Chamadas Públicas no Estado de São Paulo. Duas entidades, portanto, executaram projetos em um mesmo território.

As temáticas dos projetos executados também variaram entre os temas Regularização Fundiária, Transição Agroecológica e Gênero. Portanto, duas entidades executaram projetos na mesma temática. A fim de, mais uma vez, evitar a identificação do extensionista entrevistado, nos limitamos a revelar a temática do projeto em que participaram, mas mantivemos em sigilo o respectivo território.

Os entrevistados foram contatados em outubro de 2020 e as entrevistas realizadas em novembro de 2020. Todas as entrevistas ocorreram remotamente, devido à Pandemia de Covid 19 - que impunha o distanciamento social no período. A duração de cada entrevista variou de 55 minutos a 1 hora e 33 minutos e todas foram áudio gravadas com a autorização dos entrevistados e mediante compromisso de sigilo. As entrevistas foram então transcritas e as falas dos entrevistados foram apartadas por tipo de assunto e elencadas em um quadro analítico, de acordo com a ordem de perguntas do roteiro. As informações puderam então ser analisadas de forma sequencial e comparativa.

Todos os extensionistas entrevistados atuaram em entidades privadas, uma vez que a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati)¹ não concorreu às Chamadas Públicas do MDA e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - "José Gomes da Silva" (Itesp) atuou exclusivamente em Chamadas de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates)². Estas seriam as duas instituições públicas, a princípio, aptas a concorrer às Chamadas Públicas no estado. Nenhum dos entrevistados é ou foi associado às organizações em que atuaram, vinculando-se exclusivamente como contratados.

Ao todo, o roteiro de entrevista possuía 36 (trinta e seis) perguntas norteadoras a fim de explorar em profundidade as experiências dos extensionistas. As perguntas abrangeram os seguintes pontos: trajetória profissional e experiência do extensionista em Ater; forma de candidatura e seleção pela entidade do profissional; apresentação do projeto e seus objetivos pela entidade ao extensionista; treinamento recebido; critérios de seleção e forma de abordagem dos beneficiários; metodologia empregada no trabalho; infraestrutura e ajudas de custo disponibilizadas; histórico da entidade no território; descrição da execução do trabalho no dia-dia; burocracia envolvida; forma de pagamento e contratação; rotatividade da equipe de trabalho; avaliação dos agricultores; e avaliação do extensionista sobre os impactos, repercussão e continuidade de seu trabalho nas comunidades atendidas.

Uma primeira versão do roteiro foi testada junto a um entrevistado. Durante o teste, percebemos que o entrevistado espontaneamente passou a narrar sua experiência de maneira cronológica e divagou acerca de temas que lhes foram

¹ A Cati foi uma empresa pública de Ater do estado de São Paulo que, a partir de 2019, passou a ser denominada de Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS).

² As Chamadas de Ates se destinam exclusivamente ao atendimento de agricultores assentados da Reforma Agrária, sob responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Portanto, coube às Chamadas de Ater o atendimento dos demais agricultores enquadrados como familiares, de acordo com a legislação. As Chamadas de Ates foram geridas por meio de um programa distinto denominado Programa Ates. Nas Chamadas de Ates entidades privadas também podem ser proponentes.

mais caros. Nesta primeira abordagem, foi recorrente que outras perguntas do roteiro fossem respondidas pelo entrevistado sem a necessidade de suscitá-las.

Como a proposta de uma entrevista semiestruturada é garantir margem para reflexões por parte dos entrevistados a partir de sua própria narrativa e uma vez que o sentimento pessoal e a memória afetiva acerca da experiência de trabalho são especialmente relevantes para a análise proposta, abordamos os entrevistados sem a expectativa de apresentar todas as perguntas elaboradas ou nos atemos a ordem sequencial previamente imaginada. Como resultado, mantivemos o roteiro e as perguntas, mas nos limitamos a inicialmente apresentarmos-nos, elucidar os objetivos da entrevista e convidar o entrevistado a discorrer sobre sua formação, experiência pregressa e ingresso na entidade. A partir de então, narraram espontaneamente suas experiências nos projetos dos quais participaram e foram interrompidos oportunamente a fim de aprofundar pontos que já vinham elucidando, ou em momentos de pausas conclusivas em suas narrativas a fim de inserir uma das perguntas do roteiro que não houvesse sido abordada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira parte dessa seção nos atemos à análise específica do modelo de Chamadas Públicas, a fim de compreender as condições com as quais as entidades executoras se depararam ao desenvolver projetos de Ater com recursos do MDA. Destacamos as exigências por parte do MDA no que diz respeito à elaboração dos projetos, metas pré-estabelecidas, formas de ateste e pagamento. Uma vez descritas estas questões, incorporamos à análise os relatos dos entrevistados acerca dos reflexos diretos dessas exigências na execução de seus trabalhos.

Na segunda parte da discussão, focamos nas relações laborais entre os extensionistas e as entidades pelas quais foram contratados. Organizamos os relatos dos entrevistados de acordo com a entidade em que atuaram, destacando as singularidades dos projetos em que participaram, a forma de gestão da equipe

adotada pela entidade e suas avaliações pessoais sobre o trabalho que desenvolveram.

3.1 Os reflexos das Chamadas Públicas no trabalho extensionista

As entidades proponentes de projetos de Ater às Chamadas Públicas eram previamente credenciadas junto ao MDA. De acordo com os critérios para tanto, deveriam ser organizações ou empresas de Ater, com fins lucrativos ou não, de âmbito público ou privado. Ademais, as exigências para o credenciamento também incluíam:

Contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural; estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos; possuir base de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento; contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade; e dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso. (BRASIL, 2010, p. 2).

O credenciamento das entidades aptas a concorrer às Chamadas Públicas era realizado pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRs) ou colegiado similar. Uma vez aprovada a documentação apresentada pela entidade, a mesma deveria ser incluída no Sistema Informatizado de Ater (SIATER), sob coordenação do MDA (BRASIL, 2010).

Nas Chamadas Públicas, eram publicadas a temática do serviço a ser prestado, território, preço fixado, tipos de atividades a serem realizadas e o prazo de execução do projeto. Também se encontravam pré-determinadas a quantidade de beneficiários a serem atendidos, bem como de extensionistas que deveriam atuar em cada projeto. A seleção por parte do MDA dos projetos apresentados se baseava nos seguintes critérios: a) Experiência da entidade; b) Proposta técnica; c) Equipe técnica. Cabe ressaltar que os projetos analisados nesta pesquisa tiveram duração prevista de dois a três anos (BRASIL, 2010). Assim, ao apresentarem seus projetos, coube às entidades apontar a formação e experiência da equipe

proponente, o cronograma de realização das atividades exigidas, além de demonstrar o mínimo de conhecimento acerca do território em que atuaria.

Uma vez selecionadas e contratadas, os pagamentos do MDA às entidades foram realizados posteriormente à execução e ateste das atividades pré-estabelecidas no edital da Chamada Pública. Os valores pagos por cada tipo de atividade realizada eram baseados em uma tabela encaminhada pelo MDA à entidade após assinatura do contrato de prestação de serviços. Os valores pagos por uma mesma atividade divergiam de acordo com o Salário-Mínimo Profissional (SMP) do nível de formação de cada extensionista. Ademais, outra planilha de custos incluía repasses às entidades relativos ao deslocamento, alimentação, hospedagem, entre outros gastos necessários à realização das atividades pelos extensionistas.

Portanto, neste modelo coube ao extensionista realizar as atividades previstas em cada fase do projeto e encaminhar seus relatórios e atestes à coordenação da entidade, que então repassava esta documentação ao MDA. O pagamento por cada atividade (caso aprovada a documentação apresentada) deveria ser realizado pelo MDA à entidade no mês subsequente. No entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados, os pagamentos às entidades ocorreram de 40 a 120 dias após o encaminhamento da documentação. Segundo os entrevistados, o tipo de atividades a que se dedicavam em cada mês variaram de acordo com a fase em que se encontrava o projeto, sendo nos primeiros meses mais recorrentes reuniões de mobilização e visitas individuais aos beneficiários, seguidas por visitas diagnósticas, reuniões coletivas e oficinas de formação nos meses posteriores.

Sobre a burocracia envolvida neste processo, todos os entrevistados relataram o detalhamento e regras para o preenchimento dos relatórios como excessivos, especialmente os de visitas individuais. Nestes, os dados dos agricultores precisavam ser obrigatoriamente preenchidos à mão, em caneta azul, contendo o número da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) do beneficiário, Cadastro de Pessoa

Física (CPF), coordenadas geográficas da propriedade, dados pessoais de contato, além da descrição do atendimento realizado, seguido da assinatura do beneficiário. Relataram também ser comum o não aceite desses atestes por parte do MDA, devido a rasuras no preenchimento à mão de algum desses dados, ou ainda por conta da cor de caneta. Nesses casos, a entidade não recebia qualquer pagamento pela atividade realizada pelo extensionista.

Em atividades coletivas, havia também um número mínimo de participantes exigido para que a atividade fosse aceita pelo MDA. Nessas ocasiões, cada agricultor beneficiário assinava uma lista de presença, na qual também deveria constar seu número de DAP. Os entrevistados relataram reservar em média uma hora de cada atividade coletiva apenas para o recolhimento dessas assinaturas e documentação. Caso, posteriormente, alguma dessas DAPs estivesse irregular ou inativa, a atividade poderia ser desconsiderada para pagamento. Ademais, o pagamento também não era realizado caso o número mínimo de participantes exigido pelo MDA para a atividade não fosse atingido. Todos os entrevistados, quando questionados sobre situações em que prestes a iniciar a atividade percebiam que a quantidade mínima necessária de participantes não seria atingida, declararam não cancelar a atividade. Nestes casos, trabalhavam mesmo sabendo que não receberiam por aquela atividade.

A possibilidade de trabalhar sem ser remunerado foi um ponto destacado pelos entrevistados. Potenciais imprevistos para a execução de atividades, como chuvas e alagamentos, que comumente impedem a locomoção em áreas rurais, além de problemas de saúde e acidentes de trabalho, comprometeram o pagamento do entrevistado pelo(s) seu(s) dia(s) de trabalho. No entanto, veremos que diferentes formas de gestão foram adotadas pelas entidades na execução dos projetos apesar deste modelo de execução condicionado pelas Chamadas Públicas. A depender das estratégias adotadas, os impactos nas relações de trabalho junto à equipe de extensionistas variou consideravelmente.

3.2 As relações entre os extensionistas e as entidades privadas de Ater

Em todos os casos analisados, os extensionistas foram contratados como prestadores de serviço autônomos pelas entidades executoras dos serviços de Ater, comumente como Pessoa Jurídica. Os extensionistas não usufruíam de direitos a contribuições previdenciárias, décimo terceiro e férias. Também não trabalhavam com qualquer garantia de estabilidade, podendo o contrato de trabalho ser rompido a qualquer momento pela contratante, sem multa rescisória.

3.2.1 Descontinuidade e incertezas no trabalho extensionista

A primeira entidade executora analisada aprovou o seu projeto junto ao MDA no ano de 2015, com duração prevista de dois anos. A equipe do projeto era composta por seis extensionistas, responsáveis pelo atendimento de 100 famílias cada. O entrevistado relatou que atingir essa meta de agricultores beneficiários foi simples, o que ocorreu ainda no primeiro mês de execução do projeto.

De acordo com o extensionista, as razões para tanto reside no histórico de participação direta da entidade na constituição de Assentamentos da Reforma Agrária via Programa Nacional de Crédito Fundiário no território e que assim, por meio do contato com suas respectivas organizações, a divulgação e interesse pelo projeto por parte dos agricultores foi imediata. Atribuiu também à temática da Chamada, relacionada à regularização fundiária, como uma demanda latente no território e que, como consequência, o número de atendimentos previstos no projeto seria até mesmo insuficiente para atender todas as famílias que demonstraram interesse em participar do projeto.

O entrevistado era recém-formado de um curso técnico quando foi contratado e relatou que recebeu treinamento tanto sobre a temática do projeto como sobre o preenchimento dos relatórios e atestes necessários. Participou também de um curso de formação de agentes de Ater realizado por um Núcleo de

Agroecologia (NEA) vinculado a uma universidade no mesmo território. Apontou que, ainda nas primeiras atividades coletivas do projeto das quais participou, pode perceber a relevância do trabalho a ser desenvolvido e frisou estar motivado a trabalhar na extensão rural junto à agricultura familiar de forma contínua.

Em relação aos pagamentos, a entidade acordou com o extensionista um valor mensal fixo, a ser pago mediante o cumprimento de um cronograma de atividades mensalmente encaminhado. O valor correspondia a um salário-mínimo, abaixo do piso salarial de sua categoria (técnico). O entrevistado relatou que as atividades coletivas eram pré-agendadas e que a coordenação do projeto era responsável pela organização destas atividades. As atividades que deveriam ser realizadas individualmente, como visitas técnicas, não tinham datas pré-fixadas e poderiam ser realizadas de acordo com a disponibilidade da extensionista. A entidade também disponibilizava um veículo alugado para o deslocamento e reembolso posterior de custos com alimentação, junto ao pagamento. Relatou não ter havido necessidade de hospedagem, por residir em município no território com fácil locomoção pelos municípios abrangidos no projeto.

Sobre sua jornada de trabalho, o entrevistado relatou se dedicar de duas a três vezes por semana às atividades do projeto. Relatou que comumente saía de sua casa por volta de 6h da manhã e retornava às 19h, portanto, jornadas de 11h, que incluíam horas consideráveis de deslocamento. Aos finais de semana, se dedicava ao trabalho burocrático do projeto, que não soube apontar quantas horas comumente se dedicava, relatando que “trabalhava até terminar”. O mais marcante nesta entrevista, porém, se deu ao fato de que o extensionista se dedicava a outros dois trabalhos como pessoa jurídica, um deles na prefeitura local e outro como consultor de projetos bancários de financiamento rural para agricultores, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Quando questionado sobre o número de horas semanais que trabalhava nestas três atividades (inclusos finais de semana) não soube mensurar prontamente, e então, conjuntamente, estimamos cerca de 60 horas.

O projeto, no entanto, foi rescindido pelo MDA após três meses da assinatura do contrato e o entrevistado relatou desconhecer os motivos. Conseqüentemente, o extensionista se dedicou apenas à fase inicial de mobilização e apresentação do projeto às organizações locais e declarou que, além de participar das reuniões de mobilização, se dedicava à regularização de DAPs e demais documentos dos beneficiários que aderiam ao projeto. Relatou que iniciaria os atendimentos individuais para realização de diagnóstico no mês em que o projeto foi rescindido.

Nos dois primeiros meses em que atuou, não houve atraso nos pagamentos, mas, após a rescisão do contrato, o pagamento referente a seu último mês de trabalho atrasou 60 dias. Não houve rotatividade da equipe nesse período e todos os que foram contratados atuaram até a rescisão. Relatou que a partir dessa experiência, que considerou curta mas motivadora, decidiu que se dedicaria à extensão rural. Disse que, assim como ele, os agricultores se demonstravam motivados a participar e frustrados pelo cancelamento do contrato. O entrevistado continuava atuando como extensionista em outra entidade de Ater na época da entrevista, cinco anos depois.

3.2.2 Foco em processos no trabalho extensionista

A segunda entidade executora analisada executou seu projeto junto ao MDA entre os de 2014 e 2016, dentro de uma Chamada Pública específica para prestação de serviços de Ater para mulheres rurais. A equipe de extensionistas era composta por quatro contratadas, entre técnicas e agrônomas, e a meta foi o atendimento de 240 beneficiárias no total. No entanto, apesar desta quantidade apontar para uma média de 80 beneficiárias por membro da equipe técnica, a entrevistada apontou que a entidade optou por não tratar as metas do projeto individualmente. Assim, a quantidade total de beneficiárias foi uma meta coletiva, havendo

consequentemente discrepância na quantidade de beneficiárias cadastradas por cada extensionista ao longo do projeto.

A entrevistada já prestava serviços para a entidade executora desde 2013, isto é, anteriormente ao projeto analisado. A entrevistada é engenheira agrônoma e contava com uma experiência de cinco anos em extensão rural em assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo.

A entidade executava atividades no território antes de ser contemplada com os recursos da Chamada Pública. A entrevistada apontou que o tema da Chamada, gênero, não era uma demanda patente do território. Em um primeiro momento, inclusive, o projeto não foi bem recebido pelas organizações locais, especialmente por lideranças masculinas. Relatou que nas primeiras ações da entidade no território era comum o estranhamento e o questionamento sobre as razões da realização de projetos voltados unicamente ao atendimento de mulheres. A entrevistada acredita que parte destes questionamentos surgia também porque as mulheres comumente não exerciam papéis de liderança nessas mesmas organizações.

No entanto, apesar dessa resistência inicial, a entrevistada relatou que atingir as metas de número de beneficiárias não foi um problema para equipe, pois comumente iniciavam os trabalhos nas comunidades com pequenos grupos de mulheres e a adesão de novas beneficiárias aumentava a cada atividade coletiva subsequente. De acordo com a entrevistada, as primeiras participantes se tornavam as principais divulgadoras do projeto para novas interessadas. Relatou que a partir do primeiro ano de execução atendiam cerca de 100 mulheres a mais do que o previsto no projeto, pois nas atividades coletivas comumente havia número superior de participantes que sequer assinavam as listas de presença, pois muitas eram assentadas de reforma agrária e por este motivo não faziam parte do escopo do projeto.

A entrevistada relatou que o território era extenso e diverso e que a estratégia de trabalho da entidade foi dividir a equipe de extensionistas de acordo com a localização geográfica das comunidades. Ressaltou que no território havia

também comunidades indígenas e quilombolas nas quais realizaram atendimento. E, como mais um fator contribuinte para a diversidade do trabalho desenvolvido, ressaltou que havia tanto comunidades populosas e organizadas, de fácil acesso, como outras menos populosas e desmobilizadas. Nestas últimas o trabalho requeria uma mobilização inicial via estabelecimento de pequenos grupos e a adesão de participantes era, conseqüentemente, mais lenta. Declarou que a entidade considerava ambas as situações como prioritárias, mas reconheceu que extensionistas que viessem a atuar no segundo tipo enfrentariam mais dificuldades para atingir as metas estabelecidas.

Logo ao início do projeto, as extensionistas identificaram que muitas das mulheres interessadas em participar não possuíam DAP em seus nomes, apenas seus maridos. Sem esse documento, a agricultora não poderia ser beneficiária do projeto. Para resolver este impeditivo, a entidade obteve então autorização junto ao MDA para emitir DAPs precariamente, tornando-se assim emissária por um período pré-determinado e com a finalidade exclusiva de cadastro das beneficiárias enquadradas nos critérios do projeto. Em uma segunda etapa, foram realizadas visitas individuais de caracterização da unidade produtiva, na qual a ferramenta utilizada era o mapa da divisão sexual do trabalho. Em um terceiro momento, paralelamente à continuidade dos atendimentos individuais, foram então iniciadas as atividades coletivas, como oficinas e intercâmbios, realizadas de acordo com as demandas elencadas nos diagnósticos individuais.

A realização das atividades coletivas impôs novos desafios à execução do projeto, pois surgiu a demanda de monitoria durante as atividades e de recursos extras para o transporte de mais pessoas, além das beneficiárias, nos intercâmbios. Isto porque, segundo a entrevistada, “metade das vans eram de crianças que as mulheres precisavam levar com elas nas atividades”. Inclusive, declarou que as demandas pela realização de atividades coletivas, como oficinas e intercâmbios, superaram o previsto e disponível financeiramente na Chamada de Ater.

Tal qual a anterior, esta entidade adotou a mesma estratégia de pagamento fixo às extensionistas. Além do projeto de Ater, a entidade também executava projetos de ONGs internacionais. Assim, por meio de um “caixa único” gerenciava os pagamentos de suas equipes. No projeto analisado, os pisos salariais das categorias eram respeitados. Os custos de hospedagem, em caso de pernoites, eram arcados diretamente pela entidade, assim como o aluguel de uma residência no território - caso a extensionista não residisse previamente no local. Os custos de alimentação e utilização de veículos próprios da extensionista para locomoção eram pagos mediante o correspondente a valores em diárias. No caso de não possuir veículo próprio, a entidade alugava veículo para a execução do trabalho. Em relação a gestão dos pagamentos, esta entidade em específico contratou uma empresa terceirizada para o controle financeiro de seus projetos.

A entrevistada relatou que a diretoria tratava o projeto como resultado de um esforço coletivo e, da mesma forma, o pagamento da equipe. Declarou que cada extensionista não se apegava “rigidamente” ao número de atestes de atividades executadas em determinado mês para garantir o valor acordado por seu trabalho, mas que, ao invés disso, junto à coordenação do projeto, adaptava seu cronograma às atividades que considerava mais necessárias aos grupos pelos quais era responsável. Na terceira fase do projeto, a interdependência entre as extensionistas da equipe e a coordenação do projeto aumentou, pois neste momento as atividades eram desenvolvidas a partir do território como um todo e não mais dos grupos relativamente isolados.

Em alguns meses, os atestes individuais fornecidos por uma ou mais extensionistas da equipe foram insuficientes para que atingissem o valor correspondente ao acordado. Nesses casos, a entidade arcava com a diferença de caixa próprio e, no mês seguinte, a extensionista junto à coordenação da equipe realizava uma sequência de visitas individuais para recolhimento das assinaturas necessárias.

Segundo a entrevistada, um dos papéis principais da coordenação do projeto era administrar o cumprimento das metas, envolvendo-se diretamente nas

atividades para atingi-las sempre que necessário. Declarou que para a entidade as metas de atendimentos, especialmente as individuais, não eram tratadas como o foco do projeto mas parte da burocracia necessária ao alcance do que considerou seu principal objetivo: a mobilização e organização das mulheres no território.

A entrevistada declarou que durante a execução do projeto não houve atraso nos pagamentos e que se dedicou exclusivamente à realização do mesmo. A equipe apresentou baixa rotatividade e apenas uma extensionista se desligou da entidade durante a execução do projeto, sendo substituída por outra que permanece na entidade desenvolvendo trabalhos no mesmo território. Declarou que apesar de finalizado e cumprido de acordo, o projeto foi encerrado três meses antes do previsto devido à destituição da presidenta Dilma Rouseff em 2016 e o rápido desmantelamento do MDA - extinto no mesmo ano. Declarou que a equipe precisou realizar as atividades de encerramento previstas para os três últimos meses em um mês. Apesar dos pagamentos às extensionistas terem sido mantidos, informou ter conhecimento que o MDA atrasou em 60 dias o pagamento à entidade referente às últimas atividades realizadas.

A entrevistada declarou que o projeto de Ater foi bem-sucedido e que, em seu ponto de vista, o vínculo estabelecido entre a entidade e as mulheres do território se fortaleceu durante sua execução. Declarou se sentir realizada em seu trabalho, mas que é um tipo de trabalho em que a remuneração é baixa se comparada a outras áreas de atuação de sua categoria profissional, engenharia agrônoma. Ressaltou, porém, que seu trabalho lhe confere realização pessoal, especialmente na entidade citada, por ser voltada ao trabalho com mulheres.

A extensionista destacou ainda a ótima relação com a diretoria da entidade e as estratégias para contornar a precariedade das condições de trabalho das extensionistas como um dos fatores contribuintes para a permanência de profissionais durante anos na entidade, participando de projetos subsequentes. À época da entrevista para este trabalho, em novembro de 2020, a entrevistada permanecia na entidade atuando em projetos financiados por ONGs internacionais,

acumulando a participação em cinco projetos desde seu ingresso, sete anos antes. Durante a Pandemia de Coronavírus em 2020, a entrevistada acordou estratégia de trabalho remoto junto à entidade, continuando a receber seus pagamentos.

3.2.3 Precariedade como via de regra

A terceira entidade executou o projeto de Ater entre 2014 e 2017. O projeto apresentava duração de três anos completos, mas foi rescindido pelo MDA seis meses antes do previsto. A equipe era composta por seis extensionistas, responsáveis pelo atendimento de 100 beneficiários cada. As informações relacionadas a esta entidade foram levantadas junto a dois entrevistados. Após a realização da primeira entrevista, os autores consideraram necessária a realização de uma segunda entrevista, a fim de respaldar o primeiro relato fornecido. Portanto, os principais pontos elencados originam-se do cruzamento das informações coletadas nas duas entrevistas. Os dois entrevistados atuaram no projeto desde o início da execução. O primeiro por um ano e o segundo por um ano e meio. O primeiro foi selecionado para atuar a campo durante a primeira seleção para compor a equipe do projeto e o segundo era coordenador do projeto e participou da elaboração da proposta enviada ao MDA.

A temática da Chamada dentro da qual a entidade foi contratada era relacionada ao apoio à Transição Agroecológica e foi a primeira executada no respectivo território. A estratégia adotada foi a divisão do território em agrupamentos de municípios, pelos quais cada extensionista se tornou individualmente responsável. Os coordenadores atuavam realizando atendimentos em um dos territórios aos beneficiários e dando apoio aos membros da equipe.

Cabe ressaltar que a sede dessa entidade não é no estado de São Paulo e que foi selecionada em um segundo lançamento da Chamada Pública, pois em um primeiro momento as entidades locais foram desclassificadas por não atenderem ao critério de experiência prévia na execução de projetos de Ater. A entidade

selecionada contratou uma equipe inteiramente local. No entanto, apesar da seleção desta equipe local para a execução das atividades de Ater, toda gestão financeira e administrativa do projeto se manteve sob exclusiva responsabilidade do que os entrevistados denominaram “uma espécie de Recursos Humanos”, sediada no estado de origem da entidade. Apontaram que a entidade executava diversos outros projetos, mas que no estado de São Paulo este teria sido o primeiro.

A entidade realizava os pagamentos por atividade executada e somente após recebimento do MDA. Portanto, (a) o extensionista executava as atividades, (b) enviava os atestes à entidade, (c) que os enviava ao MDA, (d) que, por sua vez, realizava o pagamento à entidade pelos atestes aceitos e, somente então, (f) a entidade repassava o valor correspondente ao extensionista. Devido ao trâmite descrito, os extensionistas entrevistados declararam que os valores eram recebidos entre 60 e 120 dias após o envio, por eles, dos atestes à entidade.

Declararam que durante a execução do projeto, ao acessar o sistema online de submissão e controle de execução de projetos do MDA, tomaram ciência de que os valores repassados pela entidade à equipe incluíam um desconto de 40% em comparação aos valores originalmente repassados pelo MDA por atividade executada. Em relação aos custos dos extensionistas para a execução do trabalho, apontaram que a entidade não disponibilizava transporte, ajuda de custo para deslocamento ou alimentação.

Um dos entrevistados relatou que logo ao início do projeto a entidade promoveu uma primeira reunião de treinamento junto a todos os membros da equipe. Neste encontro, a abordagem da entidade acerca dos propósitos do projeto se voltou unicamente às metas quantitativas a serem atendidas, especificamente o número de beneficiários. O entrevistado relatou que nenhuma importância foi atribuída aos objetivos qualitativos e à temática da Transição Agroecológica. Após este evento, quatro dos cinco membros da equipe inicialmente formada se desligaram do projeto, recusando-se a assinar o contrato de prestação de serviços apresentado pela entidade.

Ocorreu então nova seleção para a recomposição da equipe de extensionistas. A entidade promoveu então um segundo treinamento que, segundo os entrevistados, novamente voltou-se aos meios necessários para atingir as metas quantitativas estabelecidas, com ênfase no preenchimento dos relatórios e atestes.

Posteriormente, a coordenação da equipe local do projeto promoveu um evento para formação em Agroecologia no território. O evento foi aberto à comunidade e participaram estudantes, agricultores, além dos membros da equipe local. Um dos entrevistados também participou de dois cursos de extensão em Agroecologia promovidos por Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) vinculados a universidades. Relatou, porém, que o apoio para sua participação nestes cursos advinha da coordenação da equipe local, que reconhecia a importância de dedicar dias de trabalho a sua formação. A entidade executora, por outro lado, não o apoiou de nenhuma forma.

No caso da estratégia de execução deste projeto houve, portanto, um importante diferencial em relação às experiências anteriormente analisadas: o distanciamento entre a entidade e a equipe executora. Durante as entrevistas, tornou-se nítido que os extensionistas não se consideravam ou se identificavam diretamente como membros da entidade executora, mas sim membros da "equipe do projeto". Um dos entrevistados apontou que comunicava suas demandas unicamente à coordenação local do projeto e a única comunicação que estabelecia com os gestores da entidade executora era via e-mail para tratar dos pagamentos.

Os entrevistados relataram que ocorreram embates e desgastes entre a coordenação local e os gestores da entidade executora relacionados à alta rotatividade da equipe e às dificuldades em atingir as metas de atendimento. Um entrevistado apontou que a única demanda e orientação que recebiam dos gestores da entidade executora era no sentido de cumprimento de metas quantitativas e recolhimento de assinaturas dos agricultores. Relatou também uma situação emblemática, na qual em um dos poucos contatos de um gestor da

entidade junto à equipe o mesmo ofertou uma garrafa de vinho como “premiação” ao extensionista que atingisse primeiramente a meta mensal.

Um dos entrevistados relatou que por não dispor de veículo próprio, por vezes dependeu de técnicos de entidades de Ater públicas, os quais possuíam melhor infraestrutura de trabalho, para caronas em suas idas a campo. Em outros episódios, relatou ter se deslocado de ônibus até as áreas rurais e caminhado para a realização de suas atividades. Também declarou que, quando nestas situações, dependeu da boa vontade dos agricultores atendidos para ter acesso à alimentação, especialmente almoço. Quando questionado sobre as razões para participar do projeto sem ter veículo próprio, respondeu que era recém-formado e que buscava uma oportunidade para trabalhar com a temática do projeto.

O outro entrevistado se deslocava em veículo próprio ou também realizava atividades por meio de caronas oferecidas por um técnico de empresa pública de Ater. Relatou mais facilidade para atingir metas e se alimentar durante o trabalho do que o anterior, mas ressaltou que isto ocorria por serem seus pais membros de longa data de uma cooperativa local de agricultores na mesma região do projeto.

3.2.4 Produtivismo bem-sucedido?

Em relação a quarta entidade analisada, esta foi contemplada mais recentemente, em 2018, por uma Chamada Pública lançada pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Apesar de se tratar de um projeto executado após a extinção do MDA, em 2016, o formato da Chamada Pública permaneceu o mesmo.

O entrevistado tinha poucas informações sobre o projeto do qual participou, não soube explicar qual a temática, número de extensionistas na equipe, ou mesmo seu tempo de duração previsto. Ele afirmou que recebia as tarefas a serem

executadas (número de visitas, atividades a serem realizadas, municípios, etc.) e as cumpria sem uma maior interação com o restante da equipe.

O entrevistado afirmou que recebeu os pagamentos por atividade executada e de acordo com tabela própria da entidade apresentada no ato da contratação. Neste caso, havia reembolso por alimentação e quilometragem rodada junto ao pagamento. Caso necessário o pernoite em hotel ou afins, também havia reembolso. Esta entidade em específico acumulava comcomitantemente uma quantidade considerável de projetos de Ater no estado de São Paulo e, apesar de não adotar o pagamento de um valor fixo aos extensionistas, também gerenciava seus recursos de forma a manter os pagamentos mensalmente sem depender diretamente dos prazos de pagamento do MDA.

O entrevistado relatou que nas visitas individuais se dedicava a atender demandas pontuais dos entrevistados no modelo de “assistência técnica”, exemplificando como mais recorrente o diagnóstico e receituário agrônômico de insumos para determinado problema enfrentado pelo agricultor. Da mesma maneira, nas atividades coletivas se dedicava a promover oficinas sobre temas relacionados a problemas produtivos previamente identificados à campo. Declarou desconhecer a temática do projeto no qual estava envolvido na execução e ter recebido treinamento apenas para o preenchimento de atestes.

O extensionista declarou que os pagamentos foram realizados sem atrasos, tendo sido descontados ocasionalmente apenas os atestes de atividades que viessem a ser recusados pelo MDA. Neste caso o entrevistado se dedicava exclusivamente a este trabalho, porém suas idas a campo foram suspensas em março de 2020 devido a Pandemia de COVID-19. Por este motivo, na ocasião de sua entrevista, em novembro do mesmo ano, o extensionista permanecia sem renda. Ademais, por ser indivíduo de grupo de risco, não tinha previsão de quando poderia retomar suas atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos na introdução, buscamos compreender as condições de trabalho dos extensionistas dentro de um contexto de Pluralismo Institucional combinado ao modelo de Chamadas Públicas, supondo que as condições de trabalho dos profissionais que atuam em entidades privadas tornar-se-iam crescentemente precarizadas. No entanto, nossos resultados apontaram para uma situação mais complexa do que havíamos imaginado a princípio.

Um primeiro ponto identificado a partir das entrevistas foi, de fato, a precariedade na forma de contratação dos extensionistas decorrente do modelo de Chamada Pública. A precariedade a que nos referimos engloba possibilidades de insegurança de renda, incertezas sobre o apoio material e infraestrutura, além da ausência de direitos trabalhistas e previdenciários. Apesar das diferentes estratégias adotadas por cada uma das entidades analisadas, temos em comum profissionais aos quais não causa estranheza as jornadas de trabalho extenuantes, nem a inexistência de qualquer garantia de estabilidade e demais direitos associados.

As condições de infraestrutura disponibilizadas para a realização do trabalho ficaram exclusivamente a critério da entidade contratada, cabendo a mesma disponibilizar, ou não, veículos, alimentação, materiais de apoio e hospedagem aos extensionistas. Conseqüentemente, ocorreram situações de abusos por parte de uma das entidades, submetendo seus profissionais a condições degradantes de trabalho a campo.

O modelo de Chamadas Públicas estabeleceu um padrão quantitativista para mensurar e remunerar o trabalho das entidades contratadas, condicionando a execução dos serviços de Ater a uma lógica produtivista em detrimento de uma abordagem em diálogo com os princípios da Pnater. Neste sentido, os relatos dos extensionistas revelaram que as entidades focadas exclusivamente em atingir as metas da Chamada Pública foram as que executaram projetos metodologicamente distantes dos princípios da Pnater.

Como observado nos resultados, houve uma entidade que executou o projeto sem dificuldades para atingir as metas estabelecidas e na qual o extensionista avaliou positivamente suas condições de trabalho. No entanto, o profissional sequer se demonstrou ciente da temática do projeto do qual participou, descrevendo suas atividades como meros produtos operacionais.

Por outro lado, identificamos uma entidade que tratou o alcance das metas quantitativas como um objetivo secundário e adotou estratégias para blindar a precarização das condições de trabalho de seus profissionais. Ao mesmo tempo, condicionou que a extensionista entrevistada tivesse plena ciência dos aspectos sociais e qualitativos de seu trabalho. Esse caso evidencia que, mesmo sob as condições impostas pelas Chamadas Públicas, as entidades possuem um espaço discricionário para atuar segundo seus próprios princípios.

As entidades que ofereceram melhores condições de trabalho a seus profissionais e, ao mesmo tempo, priorizaram a realização de atividades coletivas, foram aquelas em que os extensionistas melhor avaliaram suas experiências de trabalho e os impactos de suas ações junto às comunidades. Portanto, o comprometimento da chefia da entidade aos objetivos da Pnater, além de seu conhecimento e experiência na atuação junto ao público da temática do projeto executado, se revelaram como os aspectos determinantes para a elaboração de estratégias bem sucedidas de Ater dentro do modelo de Chamada Públicas.

Outro aspecto ressaltado durante a análise realizada diz respeito ao histórico de atuação da entidade na região em que o projeto foi desenvolvido. Isto porque há uma diferença na forma de se relacionar com as comunidades a depender do grau de enraizamento da entidade no território. No caso em que a entidade não possuía relação prévia, ocorreram conflitos entre a chefia, coordenação local e extensionistas, além de dificuldades para atingir metas.

Identificamos que o Pluralismo Institucional, atrelado a uma coordenação ineficiente por parte do Estado, pode gerar consequências perversas para os extensionistas. Isto porque, nos casos analisados, o MDA não atuou junto às entidades

a fim de investigar as condições de trabalho dos extensionistas nos projetos. Por meio do formato dos editais de Chamadas Públicas, o Ministério contribuiu para que extensionistas pudessem vir a ser pressionados por suas entidades a atingir metas inviáveis, bem como impôs uma forma de controle demasiadamente burocrática e morosa.

Concluimos que a terceirização decorrente do estabelecimento das Chamadas Públicas, somada a proposital inércia do MDA em relação às condições de trabalho dos profissionais da extensão rural, revelaram que o Pluralismo Institucional pode se tornar uma estratégia de gestão contestável e permissiva, contribuindo para que a precariedade se torne condição imperativa aos profissionais de Ater.

AGRADECIMENTOS

As autoras e o autor agradecem aos extensionistas entrevistados por compartilharem suas experiências.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; DAVIS, K. E (ed.); BABU, S. C. (ed.). Brazil. *In: DAVIS, K. E; BABU, S. C; RAGASA, C. (ed.). **Agricultural extension**: Global status and performance in selected countries.* Washington: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2020. p. 99-137. DOI 10.2499/9780896293755_04. Disponível em: <https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/133966/filename/134180.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. *In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro.* 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 314-342. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002. DOI 10.5380/dma.v6i0.22125. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22125/14489>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 147, n. 7, p. 1-2, 12 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final 25/05/2004. Brasília, mai. 2004. 22 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, p.10-15, out./dez. 2002. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/multimedia/leitor/13.php#book/3>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 1-7, dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11858/8174>. Acesso em: 3 ago. 2021.

DIAS, M. M. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 101-114, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/986/708>. Acesso em: 3 ago. 2021.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-128. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 3 ago. 2021.

DIESEL, V.; DIAS, M. M. The Brazilian Experience with Agroecological extension: a critical analysis of reform in a pluralistic extension system. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, [s. l.], v.22, n.5, p. 416-433, set. 2016. DOI 10.1080/1389224X.2016.1227058. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1389224X.2016.1227058>. Acesso em: 3 ago. 2021.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T.; ALMEIDA, A. Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. In: Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, 28. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2011. CD ROM.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun. 2018. DOI

10.5902/2318179633174. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174/pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FAURE, G.; HUAMANYAURI, M. K.; SALAZAR, I.; GÓMEZ, C.; de NYS E.; DULCIRE, M. Privatisation of agricultural advisory services and consequences for the dairy farmers in the Mantaro Valley, Peru. **Journal of Agricultural Education and Extension**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 197–211, mai. 2017. DOI 10.1080/1389224X.2017.1320639. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/1389224X.2017.1320639>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 125–146, dez. 2014. DOI 10.1590/S0103-20032014000600007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 ago. 2021.

KNIERIM, A.; LABARTHE, P.; LAURENT, C.; PRAGER, K.; KANIA, J.; MADUREIRA, L.; NDAH, T. H. Pluralism of agricultural advisory service providers – Facts and insights from Europe. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 55, p. 45-58, out. 2017. DOI 10.1016/j.jrurstud.2017.07.018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016716302042>. Acesso em: 3 ago. 2021.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A. V. A política pública de extensão rural da reforma agrária. In: DIESEL, V.; NEUMANN; P. S.; SÁ, V. C. (Org.). **Uma nova extensão rural pública**: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijui, 2018. p. 17–49.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Núcleo de Estudos e pesquisas do Senado**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 3 ago. 2021.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. **Institutionalization of the agroecological approach in Brazil**: Advances and challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 103–114, 2013. DOI 10.1080/10440046.2012.735632. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/download/institutionalization-of-the-agroecological-approach-in-brazil-advances-and-challenges/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**: percepções e tendências. Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. 355 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/256920/1/Pettan_KleberBatista_D.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

SILVA, T. C. da; CAPORAL, F. R. Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural em Alagoas-Brasil: contribuições ou descontinuidade?. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 7-26, abr./jun. 2016. DOI 10.5902/2318179621288. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/21288/pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 70-92, jan./jul. 2017. DOI 10.25059/2527-2594. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234/230>. Acesso em 3 ago. 2021.

ZARNOTT, A.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P.S.; FIALHO, M.A.V. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 116, n. 3, p. 107-119, nov. 2017. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/revagro/article/view/6147/5099>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

1 – Carolina Rios Thomson

Cientista Social. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

<https://orcid.org/0000-0002-5189-1160> | carolina.thomson@yahoo.com.br

Contribuição: Conceituação | Investigação | Metodologia | Curadoria de dados | Análise Formal | Escrita – primeira redação | Escrita – revisão e edição.

2 – Ricardo Serra Borsatto

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Engenharia Agrícola

<https://orcid.org/0000-0002-7594-479X> | ricardo.borsatto@ufscar.br

Contribuição: Conceituação | Investigação | Metodologia | Análise Formal | Investigação | Escrita – revisão e edição.

3 – Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Engenheira Agrônoma. Doutora em Agronomia

<https://orcid.org/0000-0002-9101-8278> | sonia@feagri.unicamp.br

Contribuição: Escrita – revisão e edição | Supervisão.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado de São Paulo - Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 01, e3, p. 1-30, jan./mar. 2021. DOI 10.5902/2318179664910. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179664910>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.